SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

C A R T Ã O

CÓPIA

- INEP -

Ao Professor Dalton Melo de Andrade
DD. Presidente do Banco do Rio Grande do Norte S/A.
Natal - RN

Brasília 11/03/74

Prezado Dalton

Agradeço as referências que você fez ao INEP, por ocasião da transmissão do cargo de Secretário de Estado, e formulo os melhores votos de sucesso na nova empreitada.

Saúde e prosperidade para você e os seus

Cordialmente.

RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
00459
11 MAR 197.

Natal(RN), EM 21.02.1974.

Ilmº Sr.
Cel. Ayrton de Carvalho Mattos
MD. Presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
Edf. Gilberto Salomão - 14º - SCS Bloco - M
Brasília - DF

Ao Sr.
1. Agradecer as referências feitas ao INEP.
Arquive-se.
Em 11.03.74

No momento em que me afasto do Cargo de Secretário de Educação deste Estado, para assumir a Presidência do Banco do Rio Grande do Norte S/A, venho, sincera e reconhecidamente, em meu nome e da própria Educação do Rio Grande do Norte, expressar a V. Sa. toda minha gratidão pelo apoio e colaboração que esta Pasta, durante o tempo em que tive a honra de dirigi-la, sempre mereceu desse Órgão.

Declarando a relevância dessa cooperação, sirvo-me do ensejo para renovar a V. Sa. protestos de estima e apreço pessoal.

DALTON MELO DE ANDRADE

Endereço Residencial:
Av. Afonso Pena, 902-A - Tirol - Natal - RN

Entramos na Secretaria de Educação e Cultura no dia 16 de março de 1971, nomeado que fomos pelo Exmº Sr. Governador Cortez Pereira, tendo-a recebido das mãos da Profª Zilda Lopes do Rêgo.

Ao assumirmos a Pasta, já trazíamos sobre ela informações várias que nos antecipavam uma idéia do trabalho que teríamos a enfrentar, das dificuldades a superar e do benefício que, desse-nos Deus as condições necessárias, não só tentaríamos mas também poderíamos oferecer ao Rio Grande do Norte, através de um obstinado esforço de servir.

Saímos, hoje, imbuído do mesmo espírito com que havíamos a ela chegado, agora fortalecido pela consciência tranquila do dever cumprido e pela perspectiva que vemos abrir-se para o futuro da Educação no Rio Grande do Norte, através de um entendimento consciente de sua importância para o nosso desenvolvimento, resultado da política implantada, nesse setor, pelo Governo Cortez Pereira, sempre preocupado com os problemas educacionais e apoiando, em todos os momentos, as decisões do Secretário de Educação, que visavam, primordialmente, à confirmação verdadeira daquele "slogan" desde o início adotado: "O RIO GRANDE DO NORTE QUER APRENDER MAIS".

Essa é a compreensão de todos os que fazem a família-da-educação - assim a chamamos a partir de nosso primeiro pronunciamento - que, graças a Deus e à boa-vontade de quantos a compõem, é, ainda hoje, a mesma família unida, coesa, motivada e desejosa de, cada vez mais, servir ao Rio Grande do Norte e responder a esse slogan-desafio.

E aqui, no momento em que nos referimos à família-da-educação, gostaríamos de falar um pouco sobre ela.

Permitimo-nos atribuir a realização de um trabalho razoável. Realmente conseguimos transformar a fisionomia da Educação no Rio Grande do Norte e o fizemos para melhor. Eliminamos muitas distorções. Encaminhamos a correção de muitas outras. Não fizemos tudo, nem, evidentemente, poderíamos fazê-lo. São muitos anos de problemas acumulados, cuja solução não poderia, jamais, ser encontrada, para todos, em tão pouco tempo. Ademais, o próprio dinamismo de um sistema educacional anula, depois de curto prazo, a validade de determina

das decisões.

O que fizemos, porém, não foi o trabalho de uma só pessoa. Não foi o nosso trabalho. Foi o trabalho de todos nós. Foi o trabalho de uma equipe, que desejamos continue na Secretaria de Educação, dando o melhor de si, da mesma forma como até agora o fez. A essa equipe, desejamos transferir, integralmente, todo o êxito alcançado - e esse nosso pensamento não é novidade para seus integrantes - cabendo-nos, apenas, o mérito - e este a ninguém transferimos - de os havermos escolhido e reunido, o que, para eles, também, não é novidade.

Não desejamos citar nomes e não os citaremos. Sabem todos, sem exceção, o que sentimos por cada um. Simbolicamente, porém, abraçamos Laércio Segundo de Oliveira, nosso auxiliar mais direto e nosso substituto imediato, e, assim fazendo, é como se abraçássemos a todos e a cada um, levando o nosso sincero e reconhecido agradecimento, pelas muitas horas indormidas, pelas agruras experimentadas em muitos dias estafantes, pelas variáveis contextuais que afetavam a sua sensibilidade de técnicos e que, embora muitas vezes não aceitas, eram todavia compreendidas.

Trabalho gigante, que recebeu a compreensão e a ajuda do Governador Cortez Pereira. Cada vez que lhe declarávamos a soma dos elevados dispêndios com Educação e, simultaneamente, defendíamos a necessidade desses investimentos, nunca faltara, em momento algum, o seu apoio incondicional. Tanto é assim que estamos utilizando para a Educação, mais de quarenta por cento (40%) dos recursos do Orçamento do Estado. Agradecemos, pois, nesta hora, o seu apoio e compreensão, o seu incentivo permanente. E esse agradecimento que formulamos à pessoa de Sua Exa. o Governador, representa simbolicamente o agradecimento que não podemos deixar de expressar aos Titulares dos demais Órgãos Governamentais do Estado, que ajudaram na suavização de nossas tarefas e no atendimento de nosso objetivo, cabendo ressaltar - sem esquecer os demais - aqueles com os quais estivemos mais frequentemente em contato direto: Secretarias de Planejamento, da Administração e da Fazenda; Tribunal de Contas, Procuradoria e Consultoria Geral.

Agradecemos a ajuda e compreensão da Assembléia Estadual, na pessoa de cada um dos Senhores Deputados.

Desejamos, de forma especial, externar o nosso agradecimento ao Ministério da Educação e Cultura, pela integral ajuda que sempre nos dispensou. Sem ela, pouco nos teria sido possível realizar. Destacamos, neste nosso agradecimento, o Ministro Jarbas Passarinho que, além de seu apoio pessoal e funcional, sempre nos incentivou, quer pelo exemplo de dinamismo, quer pelas palavras de estímulo. Ao Departamento de Ensino Fundamental, na pessoa da Profª Eurides Brito da Silva, cercada de eficiente equipe técnica; ao Departamento de Ensino Médio, Departamento de Ensino Supletivo, Departamento de Educação Física e Desportos, Departamento de Apoio, Instituto Nacional do Livro, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, nas pessoas de seus Diretores: Prof. Edmar de Oliveira Gonçalves, Prof. Joaquim Alfredo Soares Viana, Cel. Eric Tinoco Marques, Cel. José Horácio da Costa Aboudib, Profª Maria Alice Barroso, Cel. Ayrton de Carvalho Mattos; ao FNDE, através de sua Secretária-Executiva, Profª Ecilda Ramos; ao MOBRAL, nas pessoas de seu Presidente e Secretário-Executivo; ao PRONTEL, através de seu Coordenador e Secretário-Executivo. Não poderíamos nos omitir num agradecimento particular ao caro amigo Cel. Confúcio Pamplona, Secretário-Geral do Ministério da Educação e Cultura. Citamos estes órgãos com os quais mantivemos ligação mais direta, sem que isto venha representar, porém, o esquecimento de todos os demais, que sempre tiveram suas portas abertas ao Rio Grande do Norte. Encontramos em cada um desses dirigentes o desejo de colaborar e o exemplo de bons amigos. E dessa forma, nunca faltou o nosso melhor entendimento com todos e, como se tudo isso não bastasse, concordou aquele Ministério em realizar, nesta Capital, o VI Encontro Nacional de Secretários de Educação e Representantes de Conselhos de Educação, reunindo aqui, no período de 11 a 15 do corrente, os responsáveis maiores pela Educação no País.

Vai o nosso agradecimento especial ao Conselho Estadual de Educação, cuja atuação consciente e orientação efetiva constituíram-se em apoio imprescindível ao nosso trabalho. Abraçamos a cada um dos Conselheiros, na pessoa de seu Presi

dente, Professor Max Cunha de Azevedo.

Agradecemos ao Conselho Estadual de Cultura, que intensificou suas atividades durante o período de nossa administração.

Ao Conselho Regional de Desportos, que praticamente não existia, tendo recebido, em consequência, nosso integral apoio, expressamos nossa gratidão. Lembramo-nos da pergunta formulada por Aluízio Menezes quando, por nós convidado para integrá-lo: "É para funcionar?" Respondemos que sim. E,hoje, o C.R.D. nos compensa ao dobro esse apoio, pelo trabalho que vem realizando, no momento totalmente engajado à Secretaria de Educação, com vistas ao sucesso dos próximos Jogos Estudantis Brasileiros, que terão lugar nesta Capital.

Não nos esquecemos, também, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que especialmente através de sua Faculdade de Educação sempre colaborou conosco, no desenvolvimento da política de preparação de recursos humanos para o Magistério.

Agradecemos ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que, com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Secretaria de Educação, implantou aqui o Projeto SACI.

Ao CETENE, PIPMO, SESC, SENAI, SENAC, Emissora de Educação Rural, Arquidiocese de Natal, a todos, enfim, que nos ajudaram, quer tenhamos declinado seus nomes, quer não, nossos agradecimentos.

Vai, também, a nossa palavra de reconhecimento aos nossos fornecedores, que nos atenderam sem preocupação com pagamentos; que nos serviram pelo desejo de ajudar, e cuja ajuda e compreensão foram, também, imprescindíveis ao nosso trabalho. Muitas vezes, precisávamos de soluções urgentes para problemas inadiáveis, e nunca deixamos de contar com a presteza de um Walter Pereira, através de quem faço simbolizar o meu agradecimento a todos, e cuja palavra de dedicação sempre se traduzia no seu já famoso: "DE PLANTÃO PERMANENTE".

Durante toda nossa gestão, temos tido como um de nossos lemas, o velho, mas cada dia mais verdadeiro ditado de que "uma andorinha só não faz verão", e, sem desejar fazer rimas, temos sempre dito que "um homem só não faz educa-

ção".

Repetimos agora: não fosse todo esse apoio recebido, essa dedicação extraordinária dos que fazem a nossa família da Educação, nada teríamos conseguido. A todos, o nosso mais profundo reconhecimento.

Foi, realmente, o somatório de toda essa boa vontade, desse trabalho idealista, que nos permitiu razoável sucesso.

Não desejamos cansar os que nos ouvem - não pretendemos fazer como o orador que sonhava com um auditório cativo e indefeso para muito falar - mas devemos dizer um pouco do que fizemos, devemos apresentar dados gerais. Os detalhes, estão em nossos relatórios.

Dentro da tônica que mantivemos de atender nosso objetivo básico de "oferecer sempre mais educação da melhor qualidade", examinaremos o que fizemos dentro desses dois ângulos, ou seja, quantidade-qualidade.

Para mostrar o nosso atendimento à demanda escolar- isto é, quantidade - nossa premissa básica foi o aproveitamento da capacidade ociosa do sistema estadual e da rede privada, com novas construções em segundo plano.

Conseguimos, assim, uma ocupação recorde para o sistema em 1973, da ordem de 108 alunos por sala de aula na nossa rede, segundo os dados recentes do PROCARTA.

Em termos de relação professor/aluno e pessoal auxiliar/aluno, são estes os números para 1973: 25/1 e 50/1, que se comparam com os de 1971, que foram de 16/1 e 50/1.

Encontramos uma rede que possuia 118.339 alunos no curso primário, e matriculamos, em 1973, 141.928 alunos, ou seja, um aumento de 20%. Em 1974, a estimativa é de 150.000, mantido o mesmo crescimento. No curso médio, esses totais foram de 17.399 e 42.275, num aumento de 143%. Em 1974, nossa estimativa é de 60.000, a mesma razão de aumento. Usamos, aqui, por simplicidade, a nomenclatura anterior à reforma do ensino.

Além disso, através do Ensino Supletivo, estamos atendendo a 15.000 alunos, aumento esse não comparável com

outros dados, pois não existia esse programa nesta Secretaria. Em 1974, este número deverá aproximar-se de 30.000.

Para administrar todo este sistema, em 1973, contamos com 398 pessoas, inclusive técnicos, num custo global de Cr$ 2.808.983,60, com um salário médio anual de Cr$ 7.057,74, ou seja, Cr$ 588,05 mensais.

Em termos de construção, inauguramos um total de 16 escolas, com 124 salas de aula, e empregando a soma de Cr$ 6.140.891,07.

Recuperamos e ampliamos um total de 454 salas de aula, em 151 prédios, com utilização de Cr$ 1.495.491,54, em 71 municípios.

Ao lado disso, no setor de Educação Física, construímos um total de 7 quadras, 2 ginásios cobertos, recuperamos 3 ginásios, no valor de Cr$ 725.705,00, e iniciamos a construção do Centro de Educação Física, com investimento inicial da ordem de Cr$ 1.000.000,00 para o campo de atletismo e quadra coberta, que já tiveram sua concorrência realizada, enquanto que o projeto representará um investimento global de Cr$ 8.500.000,00.

Deixamos, para continuação pelo nosso amigo Diógenes da Cunha Lima, projetos prontos ou em fase final de análise, no valor global de Cr$ 54.500.000,00 para o decorrer dos próximos dois anos, que permitirão o término do Centro de Educação Física, do Centro Interescolar de 1º Grau, a construção de 2 Unidades Integradas de 1º Grau, 1 Centro Interescolar de 2º Grau e 3 Colégios Integrados de 2º Grau.

Todos os recursos para essas obras foram conseguidos junto ao Ministério da Educação e Cultura. O projeto BIRD, por exemplo, compreendendo as últimas escolas acima mencionadas, tem a participação do Ministério da Educação e Cultura com 80% e do Estado com 20%, sendo do MEC 40% de recursos próprios, do BIRD 40% como empréstimo ao Governo Federal, porém sem ônus para o Estado e esses 80% como doação do próprio Ministério. Nosso compromisso, e não é pequeno, é o da manutenção, já incluída no orçamento plurianual do Estado. Aliás, quando assumimos esta Pasta, o orçamento encontrado era de 16 milhões de cruzeiros, e para 1974, é de 77 milhões.

Sentimo-nos, também, bastante tranquilos com respeito à eficiência, à relação custo/benefício. Em 1971, o custo aluno/ano da nossa rede foi de Cr$ 213,72; em 1973, este custo foi de Cr$ 199,08. Desdobrando por nível de ensino, temos em 1971 o custo de Cr$ 145,32 no primário e Cr$ 282,12 no médio, que se comparam com os custos de Cr$ 114,06 e Cr$ 347,22, respectivamente, em 1973, resultado que foi alcançado apesar de termos melhorado a qualidade do ensino pela melhor qualificação do pessoal e aumento dos salários dos professores, o que representa aumento de despesas. Como exemplo, só o professor licenciado: encontramo-lo ganhando Cr$ 220,00 em 1971 e o vamos deixar ganhando Cr$ 463,00, ou seja, 110% de aumento. O aumento médio do nosso quadro do magistério foi da ordem de 70%.

Além disso, o novo quadro do magistério responde às exigências da Lei nº 5.692/71, permitindo a carreira do professor pela promoção automática em função da qualificação, o que fizemos mesmo antes da própria lei que o exigiu, pela evidência da justiça e necessidade de tal medida, favorecendo, afinal, a profissionalização de nosso professor, que poderá, inclusive, atuar em regime de tempo integral. Todas essas conquistas foram agora solidamente asseguradas, adicionadas a outras vantagens, pelo nosso Estatuto do Magistério , tendo sido o nosso Estado o segundo a aprová-lo.

Outro ponto importante foi o de termos pago, pela primeira vez no Rio Grande do Norte, o professor contratado em janeiro. Normalmente havia atrasos. Escutamos e lemos em alguns jornais, agora, como um cavalo de batalha, o problema do atraso do 13º. Os recursos estão no orçamento e, da mesma forma como o fizemos em 1973, será feito este ano, pois serão oferecidos para fazer face a essas despesas, ficando o assunto solucionado, dessa forma, até abril.

A preocupação com a melhoria da qualidade do pessoal foi uma constante. O número de cursos realizados e pessoal reciclado ou qualificado totalmente foi elevado. E essa preocupação não se limitou ao pessoal das escolas, mas iniciou-se e teve ênfase dentro dos vários órgãos dirigentes do sistema.

Somente um exemplo: em 1971, possuia o Centro de Pes

quisa e Orientação Pedagógica e Educacional (CEPE) a seguinte qualificação de pessoal: 10% cursando a Universidade, 51% com nível médio e 39% licenciados. Dois anos depois, ou seja, em 1973, o quadro era o seguinte: 26,5% cursando Universidade, 7,9% com nível médio, 57,1% licenciados, 5% com mestrado e 3,5% com pós-graduação.

Essa, meus Senhores, é a situação que se repete, em maior ou menor grau, mas sempre se repete, em todos os setores da Secretaria de Educação e Cultura.

Tivemos ainda que nos preocupar com a reforma do ensino, resultante da Lei 5.692/71, que radicalmente modifica o próprio conceito da educação no Brasil, transformando-a, como o fez, num instrumento do nosso desenvolvimento.

Em função dessa lei, organizamos um Plano de Implantação, que foi aprovado pelo nosso Conselho Estadual de Educação e aceito pelo Ministério, e iniciamos o nosso trabalho nesse setor.

O Plano foi feito em 1971, e previa o início gradativo da implantação em 1972, partindo do 1º grau, atingindo então Natal, Mossoró e Caicó, com um total de 2.200 alunos. Em 1973, aumentávamos para 4.000 o número de alunos atendidos e aí, já em mais três municípios- Santa Cruz, Currais Novos e Açu -, começando também o atendimento na faixa do 2º grau, com 1.500 alunos em Natal e Mossoró.

Este ano, nova expansão da reforma, com 8.605 alunos, em 7 municípios num total de 24 unidades, no 1º grau, e 3.664 alunos, em 4 municípios, do 2º grau.

Estamos cumprindo, assim, com a gradatividade permitida pela legislação, já que os custos aumentam sucessivamente com a sistemática profissionalizante do ensino, as novas exigências educacionais, que melhor preparam para a vida o nosso jovem, e seguindo estritamente o que prescreve a lei quanto a qualificação de pessoal.

São grandes as atribuições da Secretaria. Já devemos, entretanto, estar cansando os senhores todos. Que nos perdoem. É como que um relatório final: sintético, embora tão longo. Há, ainda, pontos que devemos mencionar, mesmo a "vol d'oiseau".

A Profª Zilda, por exemplo, não nos perdoaria ja - mais se não mencionássemos nossas atividades culturais, e, como seremos breve, muito ficará por ser dito.

Foi esse um setor que encontramos sem maior proje - ção. E não há acusações ao passado, pois sabemos o porquê des sa situação. Só agora, na realidade, é que foi possível fa- zer algo.

Nossa orientação, desde o primeiro momento, e refle- tindo preocupação do próprio Governador que desejava evitar duplicidades, foi no sentido de que se dedicasse o Departa - mento a levar suas atividades de cultura às escolas. É que, como sabem, a Fundação José Augusto dedica-se hoje à cultura, de forma mais global.

Usando nossa nova linguagem de homem de empresa: en quanto o nosso Departamento trabalhava a varejo, a Fundação o fazia por atacado. Ou, numa linguagem empresarial mais so- fisticada, atenderíamos a um segmento do mercado. Era o mer- cado especial.

Essa orientação básica foi sempre seguida, e encami nhamos à escola nossa atividade principal de cultura. Fil- mes, jograis, exposições, concursos, música, uma variada oferta, permitindo ao nosso jovem crescer, apreciando e aman do a cultura. Por outro lado, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura e outros órgãos, aqui vieram orques - tras sinfônicas, ballets, teatros, jograis, exposições, e outros tantos, alguns pela primeira vez na história do Esta- do, como a Orquestra Sinfônica Brasileira.

Dentro dessas atividades todas, o Teatro Alberto Ma ranhão esteve presente, tendo organizado de forma marcante o Centenário de Alberto Maranhão.

Muitos outros trabalhos da Secretaria poderíamos mencionar. Não o faremos para não sermos mais cansativos, mas ainda há um ponto que merece destaque, não apenas pelo que foi feito, mas muito mais pela importância que deve ser dada ao setor, embora o façamos sem detalhes.

Trata-se de merenda escolar. Num País como o nosso, e especialmente no Nordeste e no nosso Estado, é a merenda co mo que um "sine qua non" das nossas escolas. Na capital e no

interior, a falta da merenda escolar ocasiona, de imediato , a evasão, a diminuição da aprendizagem. É indispensável.

Desde o primeiro momento, tivemos com ela cuidado especial, e ao nosso Departamento de Assistência ao Educando demos todo apoio indispensável.

Os números, para que sintam o problema: Em 1971, 13 milhões de refeições servidas a 119.103 alunos. Em 1973, foram servidas perto de 16 milhões de refeições a 151.272 alunos. Só em Natal, servimos 40.000 pães, dia sim, dia não, fora os demais alimentos. Atendemos a 146 dos 150 municípios .

Melhoramos a qualidade do ensino, melhoramos a qualidade do pessoal, aumentamos a quantidade de alunos no sistema. Começamos a implantação da reforma, levamos cultura à escola, alimentamos nossas crianças.

Necessário se fazia, ao lado disso, e a fim mesmo de acompanhar a dinâmica que se procurava imprimir ao sistema, uma atualização administrativa.

Sentimos, desde março de 1971, a inadequação da estrutura administrativa, cuja implantação estava em andamento. Havia uma multiplicidade de órgãos, com uma desnecessária centralização. Ao mesmo tempo, divergia radicalmente da tônica administrativa estabelecida pela reforma administrativa do próprio Ministério da Educação e Cultura.

Desde logo, víamos a necessidade de uma modificação do complexo administrativo existente. Resolvemos, porém, em face da nova legislação esperada e que veio em agosto de 1971, por um lado, e pela conveniência, evitando mal maior , da continuidade de implantação dessa reforma, do outro, somado ao nosso desejo de sentir de perto o funcionamento global do sistema, não adotar nenhuma medida radical imediata .

Pelo contrário, fizemos a implantação da reforma com rapidez, após o que passamos a observar o seu desempenho, gradativamente alterando o interrelacionamento dos vários órgãos, descentralizando atividades, delegando poderes, adotando medidas que permitissem agilidade ao desempenho administrativo.

Nosso objetivo, desde o primeiro momento, era cami-

nhar para uma estrutura organizacional flexível, ágil e descentralizada, que desse resposta imediata às pressões e necessidades do nosso sistema educacional, e que se traduziria, em data oportuna, na organização matricial que institucionalizaria a sistemática adotada.

Isso foi o que finalmente ocorreu, e deixamos hoje a nossa Secretaria com uma estrutura moderna, e o que é mais importante, com todo o pessoal, desde o primeiro momento, trabalhando, embora sem o saber diretamente e sem a estrutura, dentro desse moderno conceito de administração.

Deixamos elaborado, igualmente, o nosso Plano Geral de Educação e Cultura para o período 1973 a 1976. Fundamentado no Plano Setorial de Educação e Cultura do Ministério da Educação e Cultura, foi o nosso Plano preparado dentro da filosofia que sempre orientava o nosso trabalho, ou seja, flexibilidade e dinâmica operacional, traçando grandes avenidas que levam aos objetivos finais, que se somam na resposta ao nosso "slogan-desafio" de que "O RIO GRANDE DO NORTE QUER APRENDER MAIS".

Cada ano, deverá ser ele detalhado, com os caminhos que levarão às grandes avenidas, até mesmo e às vezes, aos atalhos, permitindo-nos acompanhar a velocidade do tempo em que vivemos e chegarmos mais cedo ao nosso futuro.

É o nosso instrumento básico, que mostra aonde deveremos ir, e como lá chegar.

Por todas essas razões, Senhor Governador, meu caro Diógenes, meus senhores e minhas senhoras, deixamos hoje esta Secretaria com a tranquilidade advinda do dever cumprido e do futuro e continuidade assegurados.

Dever cumprido, por termos atendido ao pedido de V. Exa, Prof. Cortez Pereira, para que oferecêssemos mais educação, de melhor qualidade, de maneira racional. Dever cumprido, por não esquecermos também sua recomendação para equacionarmos o problema do magistério e obedecermos à legislação federal, o que foi feito com o novo Estatuto. Dever cumprido por deixarmos uma nova organização administrativa, com a vantagem adicional do nosso pessoal tê-la aceito e encontrar-se

por ela motivado, pronto para atender às exigências da educação nova, dinâmica, que se oferece neste Estado.

Tranquilo quanto à continuidade e ao futuro, por entregarmos a Diógenes da Cunha Lima essa continuidade e esse futuro.

Diógenes que é jovem e inteligente, trabalhador e capaz, Professor Universitário, motivado e já vivendo os problemas da educação há tanto tempo. Diógenes que fará o que nós faríamos? Não! fará melhor do que nós faríamos se aqui estivéssemos, para que todos os objetivos traçados sejam atingidos, para que as metas sejam alcançadas.

Diógenes que tem como nós temos a preocupação maior de bem servir ao povo do Rio Grande do Norte, de bem servir ao Brasil.

São, portanto, nossas palavras finais, de plena confiança na nova administração desta Pasta, sem os tradicionais votos de sucessos, pois, no caso, não são eles necessários, pois já evidentes.

Natal, fevereiro de 1974.

DALTON MELO DE ANDRADE